



# Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edison Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior; que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA aos seguintes Projetos de Resolução: 54/79 — que aprova prestação de contas da CABENFALE, referente Verba da Assistência Social, período março a dezembro de 1976.

55/79 — Idem, exercício de 1978; e,

56/79 — que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, exercício de 1978.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Carlos Richbieter, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Delfim Neto, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Ney Braga, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, expediente sugerindo estudos para criação de subsídios aos gêneros de primeira necessidade, subsídios estes diretos ao consumidor final.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

### JUSTIFICATIVA:

Através declarações do Sr. Presidente da República, dos Srs. Ministros e de altas autoridades federais e estaduais se observa que há, no atual Governo, o propósito de propiciar às classes menos favorecidas condições melhores de vida.

Neste quadro, diversas sugestões têm sido feitas, principalmente no sentido de fazer chegar à mesa do pobre produto de primeira necessidade por preços acessíveis.

A sugestão que ora apresentamos, nos parece a que com mais praticidade iria atingir tal objetivo.

O subsídio sugerido seria para produtos de primeira necessidade, como o feijão, o arroz, o sal, o açúcar, os óleos comestíveis, o leite em pó, enfim, para aqueles produtos sobre os quais o Governo Federal tivesse condições de controlar a comercialização.

Nos parece que o Governo já possui uma estrutura que, conjugada com o sistema cooperativista, possibilitaria a aquisição direta do produto e a entrega por preços subsidiados ao consumidor final, utilizando-se para esta última fase, a própria rede privada de comercialização, nos moldes do que ocorre com a comercialização do trigo.

Quanto aos custos, estes seriam minorados se considerarmos os atuais subsídios ao produtor, que seriam transferidos ao consumidor final.

A garantia de preços justos ao produto, permitiria a retirada de subsídios, a este, subsídios que na própria afirmação do Sr. Ministro da Fazenda têm sido utilizados por uma minoria de cerca de 20 por cento de produtores, além dos desvios dos mesmos para atividades não produtivas como o mercado de capital.

Outra objeção que se poderia levantar seria a do favorecimento das camadas com maior poder econômico, que também seriam beneficiadas na compra de tais produtos. Deve-se levar em conta, no entanto, que tais camadas são minoritárias além de ter consumo mais sofisticado.

Desnecessário aqui enumerar os benefícios que adviriam de uma população mais bem alimentada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao IPE — Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor do Estado, solicitando a efetivação de empréstimos financeiros aos professores suplementaristas do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

### JUSTIFICATIVA:

Mais de seis mil professores suplementaristas do Estado, encontram-se às voltas com sérios problemas de ordem econômica, por não perceberem seus vencimentos desde o início do ano letivo.

Levando-se em conta as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que recebem normalmente os seus salários, é fácil aquilatar a situação em que se encontram os suplementaristas do magistério estadual.

Por entender que a abertura de uma linha de crédito para acudir a sofrida classe, seja talvez a única medida razoável e possível, enfatizamos a necessidade da adoção do regime de urgência ao requerido, por parte do IPE.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Marino Bueno Brandão Braga, DD. Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que sejam elevados à condição de Distritos Judiciários, os Distritos Administrativos de Braganey, Iguatú e Anahy, do Município de Corbélia, considerando-se a distância dessas localidades da sede da comarca.

Braganey foi elevado a Distrito Administrativo pela Lei Estadual número 6918, de 12/09/77.

Iguatú pela Lei Estadual número 6922/77.

Anahy, pela Lei Estadual número 6912/77.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) LINEU TURRA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no inciso VIII do § 3.º, do Art. 134 do Regimento Interno, o envio de requerimento de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, registrado sob o número 10/6, desta data, para audiência da Comissão da Agricultura,

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) VALDUGA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Superintendente Regional do INPS do Paraná, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, sugerindo-lhes a expedição de Boletins por aqueles prestigiosos órgãos, com a finalidade de esclarecer seus filiados sobre as recentes modificações ocorridas na sistemática adotada para o cálculo de contribuições, com expedição de nova tabela, segundo a qual, além dos valores proporcionais usuais, de conformidade com o tempo de filiação do autônomo naquele Instituto Previdenciário, também foram alterados os percentuais correspondentes a cada faixa de contribuição, fatores que poderao colher de surpresa todos os segurados autônomos por ocasião do recolhimento de suas contribuições correspondentes ao mês de maio, o que deverá ser feito até 30 de junho próximo, e, nos estabelecimentos bancários existem apenas algumas tabelas secas, sem maiores esclarecimentos aos interessados, os quais, "data venia", devem receber melhores instruções, de recorrermos a esses conceituados órgãos.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Fidelcino Tolentino

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Delegado Regional do Trabalho, Gal. ADALBERTO MASSA, solicitando providências no sentido de exigir de empregadores o cumprimento da legislação vigente, os quais deixam de pagar o salário mínimo aos seus empregados, fato que vem ocorrendo no interior do Estado do Paraná, onde, em NOVA AURORA, chega a ser assustador o índice de prejudicados.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

# JUSTIFICATIVA:

A legislação vigente exige que os assalariados percebam o salário mínimo estipulado, para poder disciplinar os desajustamentos exacerbados dos desníveis em cada região.

Muitos são os casos relatados a este Deputado, de que a maior parte dos empregados não chegam sequer a ganhar meio salário-mínimo previsto para a região. E o que é pior, número considerável fica entre a metade e o valor-base, e pouquíssimos são os que chegam à remuneração mínima. Aliás, poucos são registrados, e os que o são, só assinam o recebimento do salário vigente, mas de fato percebem quantia inferior, caracterizando flagrante violação da lei. Fala-se mesmo que a Prefeitura também não cumpre a lei em vigor.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da COPEL, solicitando daquela companhia a ampliação da rede elétrica até a localidade de Rio Verde, Município de Araucária, numa extensão de aproximadamente 4.900 metros.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

# JUSTIFICATIVA:

A citada localidade encontra-se entre as linhas elétricas da COCEL, redistribuidora de energia elétrica para Campo Largo, e da COPEL, distribuidora de energia para Araucária.

Durante o ano de 1978, foram instaladas pela COPEL linhas elétricas até as proximidades de Rio Verde.

Devido a falta de energia elétrica na localidade, cerca de 20 propriedades deixam de receber este benefício, sendo obrigadas a utilizarem outros tipos de energia, como geradores a gasolina e outros derivados de petróleo, ocasionando com isso sérios transtornos aos moradores daquela localidade.

Urge, portanto, providências, uma vez que os proprietários já procuraram as duas companhias elétricas próximas, sem no entanto receberem uma resposta definitiva.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Gal. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, minuta de projeto de lei, como sugestão, que institui a Divisão Geo-Educacional dos Municípios para a interiorização do professor com Curso Regular de Formação.

A sugestão aqui apresentada, que é uma contribuição humana ao Governo do Estado, objetiva oferecer ao homem do interior, principalmente a seus filhos, melhores condições de educação e cultura. Com professores normalistas qualificados e com cabedal de amplos conhecimentos no ramo da educação, certamente será despertado o sentido de evolução nas suas atividades rurais.

Ao incentivar a interiorização do professor qualificado, através de meios financeiros, amenizando sua relutância em permanecer na zona rural, o Governo estará contribuindo para evitar o deslocamento crescente do trabalhador do campo para as cidades, na expectativa de melhor formação econômico-social, não só na agricultura como na pecuária, além dos benefícios trazidos à higiene, saúde, economia doméstica, segurança do trabalho, primeiros socorros e outros.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) CYRO MARTINS

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma determinada pelo Regimento Interno em vigor, a inserção nos Anais da Assembléia, do documento anexo - discurso pronunciado pelo Dr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, quando de sua posse no cargo de Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social do Paraná.

Aprovado este, requeiro também que se dê ciência do fato ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado José Tavares, ocupou há dias esta tribuna, para ler um editorial do jornal "O Estado do Paraná", que pretendia traçar um perfil da situação econômico-financeira que o ex-Governador Jayme Canet Júnior deixou para o atual Governador Ney Braga. Vejamos:

O autor das críticas, aponta a existência de um orçamento de 22 milhões de cruzeiros, e afirma que o Estado só conta com 19 milhões. Aqui, o primeiro engano: se o autor pretende se referir à receita prevista para o ano de 1979, parece cedo demais para afirmar que ela não se realizará.

Se, como parece mais lógico, pretende o autor mencionar a necessidade de captar dinheiro fora do Estado, então está usando da maior má fé, pois este foi o procedimento de todas as administrações de todos os Estados brasileiros, nos últimos anos.

Vossas Excelências certamente não ignoram que os Estados e Municípios brasileiros lutam por uma reforma tributária, justamente para alterar a atual e injusta divisão dos tributos que, desde 1968, vêm se concentrando progressivamente no Tesouro Nacional, em detrimento de um dos princípios básicos da federação brasileira, que é a autonomia de sua unidade.

Desafio quem quer que seja, a apontar um Estado brasileiro que não tenha necessidade de se endividar.

Está é, infelizmente, a triste regra imposta pela legislação tributária.

Mas, igualmente, desafio quem quer que seja, a apontar uma lista de Estados com maior autonomia relativa que não conte com o Paraná entre os melhores situados, pois é de justiça reconhecer que durante a administração de Jayme Canet, teve o Paraná um dos melhores índices de aplicação em relação ao total arrecadado. Para cada cruzeiro que entrou nos cofres públicos, 45 centavos foram devolvidos ao povo em forma de escolas, hospitais, estradas e outras obras públicas.

O resultado deste trabalho é de conhecimento de todos: seis mil salas de aula construídas em 4 anos; 4.000 quilômetros de estradas asfaltadas efetivamente entregues ao tráfego. E mais, aeroportos pavimentados, ampliação da capacidade de embarque do Porto de Paranaguá, de 3.200 para 5.200 toneladas hora; um aumento de 180 por cento na quilometragem das linhas de transmissão da COPEL e a duplicação do consumo industrial de energia elétrica no período 74/78. A ampliação de 200 para 415 no número de localidades atendidas pela TELEPAR, o que significou um crescimento de 18 para 46 milhões de chamadas interurbanas, completadas nos 4 anos da administração Canet.

São benefícios que se distribuíram por toda a população estadual, a começar pelo campo, onde os recursos financeiros da EMATER quadruplicaram no período, com acentuada participação do Tesouro Estadual. Basta dizer, que, em 1975, o Tesouro contribuiu com apenas 24 milhões de cruzeiros, passando para 116 milhões em 1978.

É bom lembrar que a capacidade de armazenagem também

foi duplicada, passou de 186 para 440 mil toneladas.

Dentro deste quadro, vale lembrar as dificuldades que o Paraná superou no período administrativo do Governador Jayme Canet Júnior, com a geada de 1975, a frustração da safra de trigo de 1977 e a estiagem do ano passado, que novamente se repetiu neste verão.

Isto basta para explicar o endividamento. O Paraná contraiu dívidas como todos os Estados brasileiros, porque seu poder de investimento foi diminuído na década de 60.

E o Paraná contrairá dívidas enquanto persistir este estado de coisas, não importa quão eficiente seja o governo. A eficiência e a probidade governamental apenas ajudarão a conquistar crédito, como ocorreu com Jayme Canet Júnior, e como ocorre agora com Ney Braga. Pensar de outra forma, é faltar com a verdade, subestimar nossa capacidade de observação dos fatos econômicos desta Nação, é desprezar aqueles que nos ouvem e nos lêem.

Vejamos, entretanto, os cuidados que cercaram o endividamento paranaense nos últimos 4 anos. Em primeiro lugar, cuidou o Governo de orientar o dinheiro carreado através de empréstimos para o setor onde os problemas assumiam forma mais dramática, que era justamente o setor rodoviário.

Lembram-se os nobres Deputados dos embaraços que teve nosso Estado com o transporte de suas safras agrícolas até anos recentes. Caminhões encalhados em estradas de lama encareciam o frete e mais de uma vez colocaram a perder a mercadoria transportada.

Então foi para o programa rodoviário que se destinaram a maior parte dos empréstimos, seguindo-se, em ordem de importância, os programas de abastecimento de água, a educação de primeiro e segundo grau, e o fomento industrial.

O volume de crédito alcançado pelo Governo Estadual no período da administração Canet Júnior releva, antes de tudo, o elevado conceito que os padrões propostos e adotados gozavam junto a entidades de crédito como o BIRD, BID, BNDE e BNH, além da qualidade técnica dos projetos a eles encaminhados.

É de justiça salientar, todavia, que não obstante a necessidade dos empréstimos, cuidou o Governo Canet Júnior de realizá-los de tal forma que sua amortização e encargos não viessem a comprometer a capacidade de pagamento e de realização de novos investimentos no atual e nos próximos governos.

Desta forma, os compromissos a serem atendidos no exercício atual, representam apenas 8,7 por cento da receita total, excluídas as receitas de operações de crédito ainda não contratadas - que virá diminuir ainda mais este percentual. Nos próximos anos, o percentual decresce gradativamente.

Desta forma, se o Estado necessita contrair dívidas no total de 3 bilhões de cruzeiros, pode fazê-lo com segurança de que não terá atingido sequer a metade de seu limite de endividamento. E se o Estado concluir satisfatoriamente estes empréstimos, que não se critique o Governador por isso, ele administra uma economia dependente de empréstimos por força de um sistema de repartição do bolo dos impostos que cada vez favorece mais a União, em detrimento dos Estados e dos Municípios.

O editorial que trouxe o problema a debate, foi infeliz ao escolher como alvo de suas críticas o Governo Canet. Certamente mal informado, deixou de apontar o grande culpado pelo sistema que nos é imposto, e perdeu ótima oportunidade de prestar um serviço ao Paraná e à Federação brasileira.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No nosso primeiro mandato de Deputado Estadual, no

ano de 1967, nós defendíamos a implantação de uma zona franca em Foz do Iguaçu, a exemplo do que existia em Manaus.

Naquela época, quando viabilizávamos a criação da zona franca, era Ministro do Interior o Sr. Gal. Costa Cavalcanti, que, muito embora a nossa argumentação fosse válida, e teria que ser tomada por termo, entendeu Sua Excelência, naquela oportunidade, que a criação da zona franca em Foz do Iguaçu prejudicaria a de Manaus que ia em ritmo crescente e atendendo a todos os interesses daquela região.

Na época, fizemos uma série de considerandos, inclusive esta Casa de Leis criou uma Comissão de 3 Deputados, a nosso pedido, que deveriam estudar a viabilidade desta nossa proposição.

Hoje, decorridos 12 anos, estamos reiniciando a nossa luta, isto porque tivemos uma fase de exceção e o Brasil hoje caminha para a normalidade democrática.

Talvez tenhamos outros horizontes para nos firmar, para argumentarmos de forma diferente e sensibilizando as nossas autoridades, no sentido de que aquela zona franca seja criada. Isso tudo vale dizer, Se. Presidente, Srs. Deputados, que um sem número de interesses que trariam benefícios ao nosso País.

Hoje já está se falando no retorno do jogo no Brasil, e se isso for verdade e se concretizar, nada melhor do que em Foz do Iguaçu nós criarmos um cassino, e termos a nossa zona franca, para evitar a evasão de divisas, tão prejudicial à Nação. Numa hora em que nós estamos sangrando em divisas, não é justo que milhões de brasileiros que para lá se dirigem, deixem seus cruzeiros no outro lado, em Porto Stroessner, comprando bugigangas, mercadorias, e deixando vultuosas importâncias nos cassinos no país vizinho.

Não queremos polemizar com o Paraguai. Entendemos que a cidade de Porto Stroessner vive tão somente em função do jogo e dos artigos que os brasileiros, 90 por cento dos turistas que vão àquele lado, são brasileiros, compram naquela cidade daquele país amigo. O que nós defendemos, é o que é nosso; defendemos o nosso espírito de brasilidade, e para tanto, entendemos que a evasão de divisas é nociva e prejudicial à economia do nosso País.

Vamos criar a zona franca em Foz do Iguaçu, como existe a de Manaus. O Sr. Ministro do Interior de hoje, com certeza mais sensível ao nosso problema, aos nossos interesses, por certo irá analisar em profundidade o requerimento que estamos enviando a Sua Excelência, anexando o nosso trabalho de 67, onde nós dizíamos, entre outras coisas, das vantagens que traria à Foz do Iguaçu, ao Paraná e ao Brasil, a criação da zona franca.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

Em novembro de 1967, ocupávamos esta tribuna, para dirigirmos apelo às autoridades governamentais, cujo pronunciamento estamos anexando cópia, no sentido de se procederem estudos preliminares, objetivando a criação de uma ZONA FRANCA em Foz do Iguaçu, nos moldes da já existente em Manaus, criada através do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Durante os anos que se sucederam ao nosso primeiro pronunciamento a respeito, a matéria ficou um tanto esquecida, tendo em vista o período de exceção por que passou nosso País. Agora entretanto, considerando que a situação política está gradativamente voltando à normalidade, achamos oportuno voltar ao assunto, especialmente se levarmos em conta a atual situação da região de Foz do Iguaçu, que, se na época já era privilegiada pela natureza, com seus atrativos turísticos constituídos pelas Cataratas do Iguaçu, de ora em diante deverá atrair maior número de visitantes, em consequência da construção da maior hidrelétrica do mundo, a Usina de Itaipu.

Acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a criação de uma ZONA FRANCA em Foz do Iguaçu traria resultados bastante satisfatórios, quer como incentivo ao turismo, bem

como para o estímulo e desenvolvimento do comércio e da indústria e, conseqüentemente, o cerceamento da evasão de divisas pelo Porto Stroessner, para o Paraguai, ou pelo Porto Iguaçu, para a Argentina.

Sabemos nós que, apesar das restrições para compra de mercadorias importadas, no lado paraguaio, milhares de cruzeiros são canalizados para aquele País vizinho, por turistas brasileiros e de outros países, que vão à Foz do Iguaçu e atravessam a fronteira, especialmente para adquirir aquelas mercadorias, sem falarmos no Cassino de Acaray, no Paraguai, responsável também pela evasão de grandes somas dos turistas.

Face ao exposto, requeremos, após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Ministério do Interior, no sentido de se procederem estudos mais aprofundados a respeito, para sabermos da viabilidade de concretização da medida.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) NELSON BUFFARA"

Era esta a razão da nossa presença na tribuna, Sr. Presidente, e gratos pela tolerância de alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em recente viagem que fiz à minha região, e especialmente em contato com líderes da comunidade de Nova Iguaçu, pudemos constatar que especialmente em Nova Aurora, além de outras regiões do chamado Oeste do Paraná, vários comerciantes e empregadores estão descumprindo a determinação da lei, que exige o pagamento do salário estipulado pela legislação vigente, o chamado salário mínimo regional.

Sem pretender, Sr. Presidente, que nesta desordem jurídica que vive o País, imputar estes fatos às autoridades que dirigem este carro administrativo nacional em todos os seus segmentos, é de se crer que o Ministério do Trabalho não tenha agido através de suas delegacias, no interior principalmente, buscando satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência dos trabalhadores a nível de salário mínimo.

E é de se conclamar, e de se afirmar, Sr. Presidente, que a ordem jurídica para mim, seria um sistema constitucional que garanta os direitos dos indivíduos e a independência dos poderes que devem ser harmônicos para ter convivência entre si, mas, ao mesmo tempo, deve ter independência e também nesta mesma ordem jurídica a manifestação de vir representada do anseio popular.

E é justamente no exercício deste direito, Sr. Presidente, que os assalariados, muitos deles, dezenas deles, me pediram até com veemência e insistentemente, para dizer aqui, frente a todos os representantes deste Poder Legislativo, que o descumprimento da lei que obriga o pagamento do salário mínimo é público, notório e acintoso no Município de Nova Aurora.

E não é só da parte da iniciativa privada. O próprio Prefeito Municipal deixar de pagar o salário mínimo vigente a muitos dos seus servidores, e no comércio, poucos são os empregados que chegam a ganhar o salário mínimo, a maior parte deles, Sr. Presidente, está percebendo, quando muito, a metade do salário mínimo regional estipulado pelo critério adotado pelo Governo, todos nós sabemos que o salário permitido e concedido às classes trabalhadoras, em todas as regiões do Brasil, não chegam sequer a satisfazer a metade das necessidades para sobrevivência, e o que é pior, no interior, o abuso é tão sério que chega a criar determinados problemas de saúde para muitas famílias, e limita inclusive, Sr. Presidente, a possibilidade de reclamação dos interessados.

Faz-se inclusive, intimidação para que eles não busquem reivindicar o que lhes é justo, e o que lhes é de direito, e a minha posição nesta tribuna, Sr. Presidente, é para encaminhar um ofício ao Sr. Delegado Regional, pedindo que haja uma

fiscalização rigorosa no cumprimento do dever dos Srs. empregadores, não de se tributar só ao Governo e ao sistema econômico vigente, é que grande parte dos comerciantes, dos industriais, chega na época das eleições políticas, se apadrinham com aqueles que estão sendo donos do poder, para trazer a eles o seu apoio e o seu prestigiamento, e no curso do tempo fica a desproteger e a desmerecer, a obrigação que a lei exige de cada um.

E é este, o sentido do meu requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. José Antônio de Oliveira, Prefeito de Santa Amélia, bem como do Sr. Angelo Ohenco, Vereador do referido município.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao nobre Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste Pequeno Expediente, para registrar um fato que me causou estranheza. No decurso da semana passada, em companhia do Deputado Ailton Cordeiro, apresentamos para apreciação neste plenário, de um requerimento endereçado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para que ele, acatando a sugestão da Assembléia, encaminhasse à Secretaria de Recursos Humanos e à Secretaria de Educação, para proceder estudos de viabilidade e efetivação do professor suplementarista e de criação de um quadro único de pessoal, para dar garantias aos serventes deste Estado.

Este requerimento aqui apresentado, foi apreciado, discutido e aprovado por unanimidade desta Casa. Dias após, procurei-me em meu gabinete, conversei comigo, o Deputado Ailton Cordeiro e o professor Perachio Machado Sandano, Secretário Executivo do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná. Disse-me na oportunidade, aquele cidadão, que elogiava a atitude da Assembléia Legislativa do Estado, por entrar em um problema que, ao entendimento dos professores, era de atribuição exclusiva do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, das Associações de Professores deste Estado, e do Executivo, porque entendiam eles de que era inconstitucional que se tramitasse por esta Casa, qualquer matéria a respeito.

No entanto, disse-nos mais aquele cidadão, de que elogiava a atitude da Assembléia, repetindo, por ter entrado num problema delicado e de relevante importância no âmbito do Estado.

Pedi-me a cópia do requerimento e eu confesso de que não tinha nenhum exemplar, por isso deixei de dar; no entanto, recebo agora um ofício do Conselho de Representantes de Professores do Paraná, onde faz uma análise dizendo que, há alguns dias, vem tratando do problema que nós abordamos em nosso requerimento, e que esta Casa aprovou por unanimidade. Disse que, em reunião do Conselho, foi, por unanimidade, rejeitado o requerimento.

E aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a minha estranheza, porque nós não submetemos requerimento nenhum à apreciação daquele Conselho, não foi encaminhado requerimento algum para apreciação de qualquer órgão, se não, o requerimento apresentado nesta Casa, discutido e aprovado por esta Casa e encaminhada sugestão a Sua Excelência o Governador do Estado. E a ele, ao Governo do Estado é que, a nosso entender, compete fazer uma análise da sugestão da Assembléia Legislativa.

E registro, nesta hora, encerrando as minhas palavras, Sr. Presidente, a minha estranheza por receber um ofício de uma Associação que julgou um requerimento que eu não encaminhei à Associação. O requerimento, eu espero que encontre eco, que encontre receptividade por parte do Governo do Estado do Paraná, portanto, já foi aqui debatido. Tenho certeza, espero e tenho fé, que os suplementaristas haverão de ser efetivados;

de que os serventes deste Estado haverão de ter as garantias que todos nós pretendemos. E este foi o objetivo único do requerimento apresentado por nós e apreciado por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atentamente ouvíamos as palavras do ilustre compatriota, Deputado Nelson Buffara, quando se referia à criação em Foz do Iguaçu, de uma zona franca de comércio.

Há muitos anos, já assistimos parlamentares deste Legislativo Estadual, e parlamentares do Legislativo Federal; Deputados da Oposição e Deputados da Situação, já apresentaram projeto de lei, criando a zona franca em Foz do Iguaçu.

E, como nenhum resultado até o momento se concretizou para o nosso município de Foz do Iguaçu; e hoje problemas gerados pela grande população que afluíu a Foz do Iguaçu e diariamente afluí, nós estamos montando um dossier de sugestão ao Sr. Presidente da República e diversos Srs. Ministros de Estado, a fim de criarmos um projeto altamente diferente para o nosso município; e que no próximo Grande Expediente, que aqui iremos falar, vamos trazer esta sugestão; e, de antemão, já pedimos o apoio dos Srs. Deputados, porque é algo até mesmo mais importante que é a zona franca de comércio.

Nós já temos aqui em nosso País, a zona franca de Manaus; que deu um resultado até mesmo extraordinário no desenvolvimento daquela região do norte do País. A nossa região que se encontra exatamente em situação diferente; que o nosso município, por si já se desenvolve e com a construção da grande hidrelétrica de Itaipu, mostrou-se também uma migração excepcional, o que nos fez uma cidade pequena hoje, uma das maiores cidades do Paraná.

Mas o nosso projeto, que a parte técnica está sendo elaborada por homens altamente preparados, com o assessoramento da Associação Industrial e Comercial do meu Município, da Prefeitura Municipal; do Sindicato dos Hotéis, do Sindicato Rural, e das lideranças vivas do comércio, da indústria e da política do meu município.

Queremos exatamente, trazer a este Plenário, algo de diferente que não existe, que será o modelo próprio para Foz do Iguaçu; apesar de dar um apoio profundo, ao grande pronunciamento de Nelson Buffara, nós queremos trazer algo próprio, nosso, modelo iguaçuense, para o desenvolvimento da nossa região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro de poucos dias, estaremos, desta tribuna, relatando o nosso dossier montado em forma de projeto de lei, para sugerir ao Presidente da República, a criação do modelo próprio iguaçuense.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos, neste instante, nos parabenizar com o DNER pelo seu estudo da viabilização da estrada de Ibaiti a Ventania e Alto do Amparo, estrada que há de ligar a famosa Transbrasiliana, que está, no momento, paralisada naquele trecho e que, esperança temos, haverá de muito em breve estar sendo feita a sua estrutura e construção.

Queremos também, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer a esta Casa que haveremos de trazer um estudo para, juntos, unidos e com o apoio de nossa bancada, solicitar do Sr. Ministro dos Negócios dos Transportes e dos Srs. responsáveis pelo DNER, para que aquele sonho da Estrada BR-153, que liga Ventania a Alto do Amparo se concretize, para assim, continuar a Transbrasiliana, a estrada que há de cor-

tar o Brasil de norte a sul.

Queríamos, neste instante, Sr. Presidente, também trazer à Casa um apelo dos Srs. Prefeitos de Santa Mariana e Santa Amélia, para a construção da ponte que liga o Município de Santa Mariana a Bandeirantes, que está praticamente paralisada sobre o Rio Laranjinha.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um expediente do Prefeito de Santa Mariana, o qual queríamos pedir vênua para ler. (Lê):

“Senhor Deputado:

Por intermédio do presente, venho prespeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar os seus préstimos, no sentido de pleitear junto ao DD. Sr. Secretário dos Transportes, a reconstrução da ponte sobre o Rio Laranjinha, que liga este município ao Município de Santa Amélia. A solicitação prende-se ao fato da referida ponte estar intransitável e sem condições de uso; devido a construção do leito principal ser de madeira, e dado o seu desgaste natural, ter desabado, causando sérias consequências, tais como: diversos proprietários agrícolas residirem no município e terem propriedades em municípios vizinhos, tendo que fazer um percurso de mais ou menos 50 quilômetros, ao invés de 8, se transitassem pela referida ponte.

Ainda sendo que os residentes da área vizinha comercializam seus produtos, utilizando-se de hospitais e efetuam suas compras nesses municípios. Há também o problema educacional, onde diversos alunos deixaram de se matricular no presente ano letivo, dada a dificuldade de acesso a diversas escolas de Santa Mariana, pela falta da referida ponte.

Diante do exposto, solicitamos com urgência, providências para sanar as dificuldades provocadas pelo acontecimento.

Assina, Antônio da Silva Machado, Prefeito Municipal de Santa Mariana”.

Queríamos ler, no nosso requerimento, a nossa sugestão ao Sr. Secretário dos Negócios dos Transportes. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio Laranjinha que liga os Municípios de Santa Mariana, Bandeirantes e Santa Amélia.

Tal pedido se prende ao fato da referida ponte ser de madeira e, dado ao seu desgaste natural, ter desabado, provocando com isso sérias consequências a diversos proprietários agrícolas, residentes no Município de Santa Mariana, com propriedades nos municípios vizinhos, onde terão que fazer um percurso de mais de 50 quilômetros, ao invés de oito, transitando pela referida ponte, além de criar problema educacional, pois diversos alunos deixaram de se matricular no presente ano letivo, dada a dificuldade de acesso às diversas escolas do Município de Santa Mariana.

Diante do exposto, solicitamos a máxima urgência na reconstrução da aludida ponte, sanando com isso a irregularidade ali existente.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979”.

E assim, passamos a expor o que o Prefeito de Santa Mariana nos expôs. Diante disso, aguardamos o referendo desta douta Assembléia, para que o digno Secretário dos Negócios dos Transportes agilize a construção dessa ponte, que há de beneficiar, Sr. Presidente, toda uma região que necessita desta obra, com urgência.

E para finalizar, Sr. Presidente, confiando inteiramente nesta equipe dinâmica de Ney Braga, sabemos que o nosso apelo há de vir, e muito breve.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

Antes porém, queremos registrar a presença do nobre suplente a Deputado Federal, Haroldo José Molleta.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso que pretendia abordar no Grande Expediente, o problema do lixo hospitalar do Paraná. Um assunto que realmente preocupa a população de todas as cidades.

Mas, como o companheiro Lázaro Dumont declinou do Grande Expediente de hoje, e conseqüentemente fiquei com meu nome na relação dos oradores, para cumprir a ordem do horário, então achamos por bem trazer a esta Casa o problema com referência ao menor abandonado.

Nós que temos a honra de integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando o problema do menor abandonado do Paraná, queremos convidar os demais companheiros da Casa para, amanhã, comparecerem à Sala das Comissões, às 10:30, onde estará depondo nesta Casa, na CPI instalada, o Dr. Nilton Grein, Diretor do Instituto de Assistência ao Menor. Fazemos portanto, um convite através desta tribuna, a todos os Srs. companheiros desta Casa.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO CELSO — Por outro lado, gostaria somente de fazer um preâmbulo ao meu pronunciamento e, logo após, ilustre companheiro, estarei com muito prazer, concedendo aparte.

Para informar que, na manhã de hoje, conversando com alguns companheiros de bancada, resolvemos fazer uma visita à Escola Correcional Queiróz Filho, quando pudemos, “in loco”, constatar diversas irregularidades, irregularidades que sabemos, não são privilégios da Queiróz Filho.

Existem irregularidades em todas as escolas que prestam assistência social: Recanto do Menor, Lar da Criança, Lar Betânia e Lar Leopoldo Machado, todas de Maringá; Aldeia Infantil, de Toledo; e a de Cascavel. É claro que, se analisadas profundamente, as irregularidades serão constatadas.

Mas, o que nós sentimos na Escola Correcional Queiróz Filho, nos preocupou bastante, porque encontramos lá um ambiente onde o despreparo é uma realidade; encontramos lá deficientes mentais colocados em locais impróprios. Avenir, Cícero e Carlos Alberto, são três garotos menores de idade, e que infelizmente possuem problemas de deficiência mental.

Esses garotos são colocados em dormitórios ao lado dos garotos normais. São colocados para o trabalho ao lado dos garotos normais, inclusive trazendo sérios prejuízos ao setor psicológico, ao setor técnico-social daquela Casa.

Nós constatamos que na Escola Correcional Queiróz Filho, cuja imagem popular hoje é uma verdadeira universidade do crime, existem vários internos maiores de idade. Constatamos que lá estão: José Carlos Moraes, nascido em dezembro de 1960, portanto, com 19 anos de idade; Odair Lima, nascido em 25 de outubro de 1960, portanto, com 19 anos de idade também Antônio Donizeti, também com 19 anos de idade; João Robson, com 18 anos completos, e assim por diante, vários internos daquela escola já possuem maior idade. Portanto, estão se utilizando dos serviços assistenciais daquela escola, sem, naturalmente, se constituírem em menor de idade.

Entendemos que esses elementos, com maior idade, estão tomando o lugar de garotos que poderiam estar sendo recuperados. No entanto, eles estão até mesmo viciando e marginalizando o menor que chega, hoje, à Escola Queiróz Filho, porque eles trazem os vícios de antigamente, as manhas, como José Carlos de Moraes que, ao completar 18 anos, não conseguiu liberação para deixar aquela casa, porque alegaram que os documentos não estavam prontos. Ele fugiu da escola, foi recapturado, foi levado a uma sala, de castigo, apanhou barbaramente, e continua na escola até hoje. Está já com 19 anos e até agora nenhum dos seus documentos foi providenciado,



nem sequer o alistamento militar.

Então, sentimos uma preocupação muito grande com esta situação.

Temos ainda muitos outros fatos a relatar, mas gostaríamos de conceder o aparte ao nobre Deputado Renato Bernardi.

**O Sr. Renato Bernardi** — Nobre Deputado Mário Celso, não quero ser impertinente ao participar do seu pronunciamento ao pedir um aparte logo de início.

Exatamente para corroborar a colocação que o eminente Deputado fazia ao convidar o Plenário, cada um dos integrantes desta Casa, para a primeira sessão ordinária desta CPI do Menor, quando será dada audiência às posições defendidas pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, na palavra do Diretor do IAM, Dr. Nilton Grein.

E digo, no sentido de corroborar, porque Vossa Excelência, como homem de comunicação, conhece muito bem uma série de fatos que envolveram o assunto e esta Casa.

Porque, no ano de 1975, o Deputado Nilso Sguarezi propôs a criação, nesta Assembléia, de uma CPI do Menor, comissão essa que, sob a presidência do eminente Deputado Ezequias Losso, que se desenrolou e se arrastou, dolorosamente, por 3 anos. E não foi por falta de matéria prima, de conflitos sociais, não foi por falta de interesses do Presidente, Deputado Losso, nem por falta de interesse de alguns Deputados integrantes, mas nesse desenrolar doloroso da Comissão Especial do Menor, nada se apurou, nada se levantou e a conclusão nenhuma se chegou.

Mas, nobre Deputado Mário Celso, essa criação da CPI do Menor, agora com fatos dantescos e dolorosos que Vossa Excelência cita, após uma visita, inesperada e não preparada à Escola Queiróz Filho, vem, mais uma vez, comprovar a necessidade fundamental de uma tomada de posição desta Casa do Povo no tocante a este problema.

E lembro a Vossa Excelência que, quando defendemos da tribuna o nosso ponto de vista a respeito da criação da Secretaria da Cultura e Esportes, abordávamos, exatamente, o que, em nosso modo de ver é uma das causas importantes para esta crise em que se debate o menor, e a família paranaense brasileira, com esta inversão de expectativa, e a saída das nossas populações de suas bases interioranas, e a concentração exagerada dessa mão-de-bra disponível nos centros urbanos.

E, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem, hoje, uma grande oportunidade, a de se redimir perante a História, e de assumir a sua posição dentro do processo histórico em que vivemos.

Espero estar, amanhã, na instalação dessa Comissão, e faço votos que Vossa Excelência, como Presidente da CPI que estudará a problemática do menor, tenha um pouco mais de sucesso, do que a malfadada Comissão Especial do Menor, que se arrastou dolorosamente por 3 anos e meio, e a nada chegou; Faço votos de que Vossa Excelência seja mais feliz.

Procurarei estar presente em todas as sessões, e devo dizer que, muito mais do que os votos que Vossa Excelência seja feliz nessa empreitada, eu espero que esta Casa dê ressonância aos anseios populares, seja, ela, feliz com a conclusão dos trabalhos que Vossa Excelência presidirá.

**O SR. MÁRIO CELSO** — Obrigado ilustre Deputado, muito me honrou seu aparte, que veio valorizar e ilustrar ainda mais o nosso pronunciamento, que é um pronunciamento que traz muito de revolta, até, porque estamos realmente decepcionados com a situação com que se encara o menor abandonado no Paraná, no dia de hoje, com a situação atual do menor abandonado.

E, com referência à Comissão Especial do Menor, nós também ficamos decepcionados com o caminho tomado para que soluções finais fossem adiadas, porque a Comissão Especial

do Menor, foi integrada à CPI da Criminalidade que foi requerida nesta Casa, pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. E nós, de maneira alguma, podemos concordar, porque o problema do menor não é um problema policial pura e simplesmente; é um problema social.

Assim sendo, nunca poderia ser colocada como CPI da Criminalidade, uma Comissão Especial do Menor. Nós entendemos que houve, sim, até um desinteresse pela solução do problema, e por isto então houve esta transferência de responsabilidade.

Porque, na verdade, o adolescente, o menor, ele não pode ser colocado a juízo como culpado, em qualquer tipo de crime; assim sendo, não pode ser encarado como um problema criminal.

**O Sr. Tadeu Lúcio Machado** — Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**)

Nobre Deputado Mário Celso, antes de mais nada, quero parabenizar o ilustre Deputado pela brilhante iniciativa de pedir a CPI do Menor. E tivemos a oportunidade e a honra de, juntamente com Vossa Excelência e com o Líder do nosso Partido, visitarmos, de perto, hoje para manhã, a escola.

Lá, como Vossa Excelência já citou, constatamos diversas irregularidades, inclusive problemas de higiene. Tivemos oportunidade de ouvir diversos alunos daquela escola, dizerem que, há mais de dois meses, eles não trocam de roupas e nem tomam banho. Então, nós sentimos que, a marginalização, está diretamente naquela escola.

E quando procuramos combater o marginal, aqui fora, vemos que, dentro de uma escola correcional, está havendo a marginalização do menor. Dentro do problema da higiene, tivemos a oportunidade também de sentir, através de diálogo com alunos daquela escola, que o diretor, o Major Diretor daquela escola, o Major Ben-Hur, usa de força, usando dois revólveres na cinta durante o período em que direciona aquela escola, numa forma de criar verdadeiros marginais, revoltados contra a sociedade e contra os dirigentes daquela escola.

Então amanhã, nobre Deputado, nós, com muito prazer, participaremos da reunião da CPI do Menor e lá, juntamente com o Presidente do IAM, faremos questão de denunciar o diretor da escola, que usa de força contra os menores, fazendo, desta forma, não tentando diminuir o problema do menor; muito pelo contrário, está aumentando, causando a revolta do menor em nossa sociedade.

Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. MÁRIO CELSO** — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, e gostaria de citar, ainda, quanto ao menor, quanto ao problema do castigo, os novatos que chegam àquela escola correcional, ficam, segundo informações obtidas, alguns dias num quarto de castigo, muitos sem apanharem, é evidente, mas só pelo fato de serem colocados em quartos de castigo, já ficam psicologicamente abalados e, naturalmente, revoltados contra a direção daquela instituição.

Assim sendo, de que forma se estabelecerá uma linha de conduta que possa reconduzir um garoto desses à sociedade?

Na verdade, são problemas que concorrem para a criminalidade, e o Governo tem e deve estar alerta.

Por isso, chamo a atenção também dos companheiros da Situação, dos companheiros da ARENA que devem ouvir, atentamente, os problemas, para levarem aos seus Secretários de Estado que cuidam do problema, para levar ao Chefe do Executivo.

É importante que o Líder da Situação, nesta Casa, participe de debates deste tipo, e que não fiquem omissos a pronunciamentos que visem o benefício da população menor abandonada no Paraná, porque notamos, principalmente nos debates desta Casa, quando companheiros da Oposição levantam problemas da maior gravidade, companheiros da Situação ficam a trocar idéias e, complacentemente, conversarem em bastidores e

e sem se atentar ao grave problema que é levantado e que é debatido nesta Casa. Então, fazemos também esse alerta deste plenário, chamando até mesmo a atenção de companheiros desatentos que não participam, por omissão ou por outro tipo de conveniência, dos debates que aqui são travados quando o problema, realmente, envolve a estrutura governamental. Mas, queremos dizer que em toda regra há exceção, e as exceções aqui se fazem presentes.

Eu notava, por exemplo, o Deputado representante de Ponta Grossa, prestando atenção e se envolvendo nas discussões que se travavam com os companheiros da Oposição, e ele, realmente, mostrando sua vontade de participar dos debates, ou pelo menos de acompanhar os trabalhos que se desenvolvem nesta Casa.

Cumprimento o ilustre companheiro, representante de Ponta Grossa. Também o companheiro José Domingos Borges Teixeira, que está atento ao pronunciamento e que, tenho certeza, como integrante da CPI do Menor, estará participando dos debates, dentro de instantes, porque, pela ordem, quero conceder o aparte ao ilustre companheiro que estava atento e se preocupa com o que envolve o menor abandonado e que se preocupa com aquilo que preocupa o Brasil de hoje, e o mundo, porque o menor abandonado é um problema que deve chamar a atenção de todos.

O futuro do Brasil está no menor; amanhã ou depois, nós aqui, que já estamos ficando gagá, que já estamos passando a época, vamos ceder os nossos lugares para o menor abandonado, e muitos até, Deus queira, recuperados por uma Escola Correccional Queiróz Filho, e outras tantas que existem pelo Brasil a fora.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Agradeço esta oportunidade que

Vossa Excelência me dá, mas, Deputado, eu renunciei na Legislatura passada, participar da comissão que investigava o problema do menor do Estado do Paraná, por vários motivos, e sobretudo, os motivos adjetivados da comissão que não queria chegar a um ponto final, mas que, para eu, Deputado, chega a ser uma das maiores preocupações nacionais; chega até trazer limitação na estabilidade nacional o problema do menor, e agrava profundamente, isto sim, a segurança nacional.

Mas, não esses chamados crimes de opinião, de expressão ou crimes políticos. O Governo deveria ter um pouco mais de respeito com a população brasileira, e se envolver com os problemas de grande natureza, pertinentes à própria segurança nacional.

Acho que é hora, não do Governo, mas dos brasileiros todos, principalmente aqueles por nós liderados, de enfiarmos na cabeça de quantos possam ainda ter cabeça, que é preciso balançar este País em uma anistia completa, ampla e irrestrita, para que a Nação se encontre consigo mesma, para que o Estado não se divorcie por mais tempo da Nação e é por isso, que nós legítimos ou pelo menos pretensos legítimos das classes menos favorecidas, representantes dessas classes, temos que ter o vigor, a atuação, a persistência e a presença de pedir, insistentemente, e informar que o único caminho adequado para se colocar termo nessa mazela que vive de norte a sul o País, é uma Assembléia Nacional Constituinte, porque o bojo do problema todo, está jungido, está alojado na essência, no problema de ordem econômica, de desordem jurídica do País, de dismantelo da sociedade brasileira, e na verdade, o que existiu no País, nestes últimos 15 anos, foi um esquema usando a Nação inteira, para o enriquecimento de grandes companhias internacionais.

Este servilismo, esta quebra na evolução na conquista do direitos, aí está o problema UNE, querendo modificar a sua própria estrutura, estrutura do estudante brasileiro, a aspiração da juventude brasileira, e o que dizer, nobre Deputado, dos menores abandonados?

Quem são os menores abandonados? Via de regra, pode-

ria até dizer a rigor, são os filhos de trabalhadores rurais que abandonaram suas terras, por pressões econômicas, por um dismantelo na legislação adequada da reforma agrária que não existe no País, por falta de condições legais, pelo fato de imporem ao País uma legislação, um capitalismo de mercado ou economia de mercado, no capitalismo avantajado de grandes empresas, de grandes bancos, de grandes grupos internacionais, usando com toda a proteção da lei, os abusos dos lucros exagerados, levando a nossa matéria prima, levando o suor e sacrifício do trabalhador, sobretudo dos assalariados, a níveis de cidades ou os assalariados urbanos e sobretudo os rurais.

Na verdade, nobre Deputado, o grande drama das grandes cidades que culmina com o menor abandonado, carenciado, que chega hoje a ser superior a 25 milhões, quase 1/4 da população brasileira.

Isto é temerário, nobre Deputado, nobres Deputados, é preciso que nós, não vamos dizer o Governo, porque o Governo é incompetente. O Governo chega a ser atrevido no trato dos casos sérios deste País, e só se preocupa com o subsídio de empresas para colocar inclusive contra os jornalistas, para colocar aquilo que lhe interessa dizer à opinião pública, para ir formando um juízo e nas conquistas daquilo que ele prevê e que ele pretende.

Na verdade, os desníveis sociais, econômicos e financeiros, criam a desestabilidade da família, o desemprego na cidade causado pelo êxodo rural. Falta de adequação nos salários, falta de empregos justos e remunerados à altura das necessidades da subsistência da família. As mães largando filhos para irem prestar serviços abaixo do salário mínimo.

Tudo isso, Deputado, é que precisa ser questionado e que o Governo foge a toda hora em que é compelido a fazer isso, e quando se formam comissões de inquéritos, só mesmo nas caladas do sigilo, é que se pode chegar a detectar determinados problemas, pinçar determinados problemas, como Vossas Excelências fizeram.

Mas quando há seriedade, responsabilidade e digo mais, Deputado, quero me alongar um pouco mais, porque acho que é um tema que precisa ser bem abrangente.

**O SR. MÁRIO CELSO** — Eu digo apenas, quicá todos os longos apartes fossem repletos de conteúdos reais como Vossa Excelência vem trazendo à Casa.

Empolgo-me com o vosso aparte, e com muito prazer espero a conclusão.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Agradeço a Vossa Excelência.

Dizia que o Governo é responsável, e vou citar. A modificação da legislação trabalhista que subtraiu do empregado a estabilidade aos 10 anos de prestação do serviço, a instituição do fundo de garantia por tempo de serviço, a instituição do PIS e de PASEP para alimentar o BNH, para a construção de palácios, como bem disse várias e inúmeras vezes o Deputado Deni e quantos outros, dos quais eu faço parte. É verdade, Deputado, que o que precisa mesmo é a Nação inteira tomar brios em si mesma, e derrubar este Governo pelos modos ainda que lhe restam.

A mobilização, não só a intelectual, mas de todos os trabalhadores deste País, para que eles que são os agentes econômicos desta evolução que eles chamam de desenvolvimento, é preciso que todos nós possamos usar das nossas lideranças para modificar. E eu tenho feito isto, Deputado, nas minhas andanças pelo interior de onde eu venho há poucos dias, estou mobilizando os trabalhadores a se reunirem nos sindicatos e expungirem dos sindicatos os pelegos sindicais; modificarem as estruturas dos sindicatos, das associações representativas de comunidades, como por exemplo as associações de amigos, estas não a nível político, mas a nível social, de agrupamento e é através delas que nós vamos desestabilizar este Governo que não quer nava com a Nação brasileira, com o seu futuro, com a sua destinação de grande País, de grande Nação.



Deputado, o Governo propala que falta emprego. Falta emprego por que? Porque os recursos carreados para os cofres públicos são feitos para alocação de grandes obras, para as obras faraônicas que poderiam ser tratadas com mais critério, com as prioridades verdadeiras nos amplos debates.

O fato, Deputado, é que não há responsabilidade. Nós estamos vivendo uma época de crise de autoridade e de responsabilidade.

Creio que o trabalhador precisa ser chamado nas decisões, trabalhadores de todos os níveis em igualdade de condições; estudantes, professores. Bem, Deputado, nós vivemos numa sociedade de consumo, e este clima que está gerando a delinquência e o menor abandonado é um clima gerado pela legislação revolucionária vigente. É uma legislação elitista que precisa ser mudada, mas nós é que temos que ser os agentes dessa mudança.

O custo de vida, a descapitalização daqueles que empregaram os seus recursos com suor e sacrifício, sendo consumido pelo processo inflacionário. Quem é que criou a inflação? Foi o trabalhador? Foi o menor? Foram os pais? Foram os assalariados?

Foi o próprio Governo, Deputado. E é a ele que se deve tributar esta responsabilidade. Mas não é com prisão que se vai fazer isso não. É com o chamamento de toda a Nação para o diálogo, franco, aberto, para que esta Nação se encontre. Encontrando-se haverá de encontrar os seus caminhos, porque nós estamos claudicantes, submissos a uma legislação e a um determinismo que parte de lá de cima, onde lá se impõe a toda essa plêiade de homens que represento. Quem sabe muitos até sufocando a própria vocação democrática, protegendo essa legislação.

E aqui neste Parlamento nós estamos cansados de ver. Deputado, quero congratular-me com Vossa Excelência, pela coragem de fazer essas incertezas nesses organismos que são os alojamentos de menores, e para mim não são só alojamentos, são prisões. Porque, não adianta nada se confinar o menor se não se der a ele uma formação cultural, educacional, capaz de permitir que ele se embrenhe na sociedade como um cidadão livre, como um homem de bem, como uma pessoa que tenha proteção na legislação, proteção dos seus direitos, de suas garantias individuais.

É preciso, Sr. Deputado, que as liberdades públicas em todos os níveis sejam respeitadas. É época de se falar em direitos humanos ou direitos sub-humanos. Estamos todos atrofiados, confinados também, pior do que os menores. Porque os menores não chegaram a formar um juízo a respeito de toda essa problemática nacional.

Congratulo-me com Vossa Excelência e peço a Vossa Excelência perdão pelo alongamento do meu aparte.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sinceramente, fiquei muito feliz com o belo pronunciamento na tarde de hoje. E até posso dizer, para completá-lo, já que Vossa Excelência não trouxe nada de novo, mas apenas trouxe a verdade e teve a coragem de dizê-la, em voz alta e bom som, e com a convicção de quem fala a verdade, não teme nenhum tipo de ameaças. Então nós sentimos que Vossa Excelência realmente, extravasou apenas aquilo que o povo brasileiro quer extravasar. Vossa Excelência representou o anseio popular neste momento, em aparte.

Este fator sócio-econômico realmente, é que gera a criminalidade.

E, neste minuto, seria injusto se não concedesse o aparte ao Deputado José Domingos, mas, aproveitando 15 segundos, dizendo que só apenas para justificar, que o companheiro da CPI do Menor, justificando que não fui como Presidente da CPI, de muitos menos na qualidade de membro da comissão; fui apenas como Deputado Estadual, e mais ainda, fui como homem da Oposição, fui como fiscalizador, fui como povo, interessado

nos problemas do menor abandonado.

Dou o aparte ao ilustre companheiro.

O Sr. José Domingos — Meu caro Deputado, era justamente sobre este posicionamento. Se a visita foi em termos oficiais de comissão,...

O SR. MÁRIO CELSO — Não.

O Sr. José Domingos — Vossa Excelência explica porque os Deputados da ARENA pertencentes à comissão, estranharam esta visita porque nenhum deles recebeu a comunicação.

Foi há muito tempo, e nós gostaríamos inclusive, se o tempo permitisse, de falarmos de pulgas e fatos estranhos que se verificaram e continua a se verificar naquela escola. Mas o tempo passou e fica para uma próxima oportunidade.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado. Só justificando, Sr.

Presidente, pela manhã, entrei em contato com os Gabinetes dos três integrantes da CPI do Menor, companheiros da ARENA e nenhum deles estava em seus gabinetes, naturalmente porque ontem tivemos uma reunião até a manhã de hoje, 5,30.

Então falei com o assessor do Deputado José Domingos, e do Deputado Airton Cordeiro, e não localizei ninguém no gabinete do Deputado João Elísio.

Apenas justificando, tenho muita coisa a falar, deixo para uma próxima oportunidade.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 1973, o ilustre gaúcho, Ministro da Agricultura, foi colocado na rua porque ousou dizer que a agricultura era importante, no Governo Médici.

Em 1975, tenho em mãos um pronunciamento que fiz naquela oportunidade, dizia o Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli; para a revista "Veja" o seguinte:

"O primeiro papel que o setor rural deve desempenhar, é o de alimentar o brasileiro."

Naquela época, o ilustre Presidente da República de então, Presidente Geisel num discurso em Joinville, dizia alguma coisa que o jornal de Santa Catarina, inseriu em seu editorial da seguinte maneira:

"No discurso de Joinville, o Presidente Geisel mostrou que o Governo foi sensível às pregações do próprio MDB, ao assinalar que o desenvolvimento econômico precisa estar acompanhado do desenvolvimento político e do desenvolvimento social".

Em 1979, se os Srs. abrirem qualquer das publicações nacionais, os Srs. vão ver e lerão as mesmíssimas palavras tanto do Sr. Presidente da República, como dos seus Ministros, aquele mesmo homem que colocou o Ministro Sidney Lima, o milagreiro Delfin Neto, hoje ousa afirmar que vai pôr comida na panela do povo. Vejam os Srs. como a História está se repetindo e de uma maneira, infelizmente, muito dramática, que leva a este País, depois de tantas afirmações que não levaram à nada, a necessitarmos ter de ouvir ainda, em 1979, há vinte e um anos, do ano 2.000, ouvirmos discursos brilhantes como o do ilustre Deputado Mário Celso que fez há pouco, porque a infância brasileira, o menor brasileiro, está abandonado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Não permitirei aparte a Vossa Excelência, a não ser no final de meu pronunciamento, no qual reservarei a Vossa Excelência dois minutos e autorizo à Mesa que o faça devidamente.

O Sr. Gabriel Manoel — Encantado.

O SR. DENI SCHWARTZ — O que não se falou aqui na tribuna e eu gostaria, para complementar o brilhante discurso do

Deputado Mário Celso, é que ainda há dois anos atrás, um ilustre jornalista que está presente neste momento, nesta Casa, o jornalista Fábio Campana, porque ousou falar do menor abandonado e fazer uma reportagem para a revista "Panorama", teve o seu emprego descartado, foi para rua também, como foi o Sidney Lima.

O Fábio Campana foi para a rua, porque ousou mostrar na revista "Panorama", a maneira e o modo como vivia o menor abandonado em nosso Estado.

E a revista "Panorama" sofreu outras represálias do Governador de então, tendo suas verbas cortadas.

Aqui está o jornalista Fábio Campana, que foi o homem que fez o referido artigo.

Srs. Deputados, não somos incendiários e, por isto, nesta oportunidade, queremos tentar que esta Assembléia se insira no contexto nacional através de uma proposição, que será posta aos Srs. Deputados para discussão, para dar praticidade àquilo que vem sendo apregoadado pelos governos até hoje.

O Governo Federal, até hoje, indiscutivelmente, tem anunciado e os seus Ministros e este homem de oposição tem que reconhecer este fato, tem procurado e tem dito, pelo menos mostrado intenções de realmente encher a panela do povo ou, mais precisamente, fazer uma distribuição mais digna da riqueza brasileira.

Está aí o catarinense-paranaense, Karlos Rischbieter, a fazer uma verdadeira pregação socialista, ele que há algum tempo atrás, dizia que o Brasil não viveria sem as multinacionais, ele, que há algum tempo atrás propiciou recursos para a Philips Morris se instalar no Paraná, e com o dinheiro do BADEP comprar, lá no Rio Grande do Sul, a fábrica de cigarros Santa Cruz, eminentemente brasileira, que com isto se internacionalizou com o dinheiro do povo paranaense.

Mas hoje as coisas mudaram e nós saudamos com muita satisfação esta mudança de pensamento.

Estão aí ministros, como o da Saúde, falando até na socialização total da medicina, o que também nós saudamos com muita satisfação.

E é por isto que quando se fala em cesta do pobre, e em programas para poder alimentar a população pobre deste País, hoje maioria, é que recordamos e voltamos a esta tribuna para dizer o que falávamos em 1975, mais precisamente no dia 6 de junho daquele ano, portanto, coincidentemente três anos. Naquela oportunidade apresentamos à consideração da Casa, uma proposta para que o Governo Federal viesse subsidiar todos os produtos de primeira necessidade, de sua população menos favorecida.

Dizíamos, naquela oportunidade, que a exemplo da Argentina, que não podíamos entender como nas divisas de Santo Antônio e de Barracão, todos os produtos de primeira necessidade, do lado da Argentina, custassem menos que do lado do Brasil.

Em paradoxalmente, do lado da Argentina não se produzia um grão, porque é praticamente um parque nacional e pouca é a produção.

Para lá os produtos vêm de Buenos Aires, e chegam nas nossas divisas, com preços que representavam, na oportunidade, a metade do que o brasileiro paga.

A banha na região de Santo Antônio, chegava pela metade do custo e Santo Antônio é um dos grandes municípios produtores de suínos de nosso Estado.

O feijão chegava no sudoeste do Paraná, através da Argentina, mais barato que aquele produzido no próprio sudoeste do Paraná.

Fomos ver as causas e descobrimos, e não é novidade que na Argentina os produtos de primeira necessidade são totalmente subsidiados, a tal ponto que a Argentina passou a proibir a chegada de produtos alimentícios à divisa do Brasil, porque

tinha cidades pequenas na Argentina que consumiam mais que as grandes cidades da Argentina, porque ali, os produtos, que chegavam subsidiados passavam para o Brasil e na verdade o Governo argentino estava subsidiando a alimentação de muitos brasileiros.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Apenas um aparte, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Assim que eu termine o meu raciocínio, terei o máximo prazer em ouvir o eminente Deputado Gabriel Manoel.

Então, Srs. Deputados, trago à consideração desta Casa, um requerimento dando praticidade àquilo que hoje se expõe e que os ministros da área econômica estão expondo. Parece haver o desejo e este desejo não é de hoje, repito, é de Sidney Lima, é de Alysson Paulinelli, é do próprio Presidente Geisel; enfim, qual o brasileiro que não gostaria de ver o seu irmão bem alimentado?

Algumas propostas têm sido feitas; pretende-se fazer chegar às mãos do pobre os produtos de primeira necessidade, bem barato.

Começa o problema: quem é pobre, quem não é pobre? Então começa sem se saber quem deverá receber ou não esse benefício.

A nossa proposição é no sentido de que produtos como o feijão, como o arroz e como o leite em pó; já não digo o leite "in natura", porque esse seria de difícil controle, como a carne, o açúcar, o óleo de soja e a banha, se possível; estes produtos que o Governo possa estabelecer o controle da comercialização. Que o Governo compre este produto na fonte produtora, como vem fazendo através do Banco do Brasil, por um preço digno e que venda pela metade do preço para o consumidor. Que o feijão saia do Oeste do Paraná a Cr\$ 500,00 ou Cr\$ 600,00 a saca e cheque nas mãos do consumidor, a Cr\$ 300,00.

Muitos perguntarão de onde viria o dinheiro para tal subsídio? E eu responderia que nós estamos subsidiando ao produtor e é o próprio Ministro Karlos Rischbieter quem admite que apenas vinte por cento desses produtores recebem esse subsídio; porque apenas vinte por cento estão inseridos no contexto econômico; vinte por cento apenas dos produtores têm capacidade de ir a um banco receber o financiamento e os outros oitenta por cento não o fazem.

Então, retiraríamos este subsídio do produtor e passaríamos diretamente para o consumidor.

Outro argumento contrário poderia ser que assim, recebendo o feijão talvez a dois cruzeiros o quilo, recebendo uma lata de azeite a dez cruzeiros a lata, talvez assim, os ricos também iriam usufruir disso; realmente, mas ricos nesse País são uma minoria; e rico também tem um cardápio mais sofisticado; quem come feijão, arroz, todo dia, este é o operário, este é o homem que labuta.

Por isso, Srs. Deputados, estamos apresentando um requerimento no sentido de que esta Assembléia para se inserir também nesta discussão de achar fórmulas, que esta Assembléia discuta e aprove um requerimento no sentido de que nos dirijamos às autoridades federais, ao Sr. Presidente da República; propondo, simples e puramente, que os produtos de primeira necessidade, recebam altos subsídios, do Governo Federal.

As verbas aparecerão, não só daquele subsídio que deixará de ser dado ao produtor, desse tipo de produto, como também do que diminuiremos em gastos com o INPS. Porque o povo mais alimentado, deixará de correr mais às filias do INPS. Essas verbas aparecerão porque o povo mais bem alimentado, produzirá mais também; e portanto, a riqueza nacional aumentará. A proposta não é nova e nem é exclusiva para o nosso País. Ela já existe na Argentina; e agora ainda há pouco, um ilustre companheiro nos dizia que o Papa, agora nos relatórios lá na

Polônia, se surpreendeu com o fato de vinte e cinco por cento do orçamento daquele País, é destinado a subsidiar alimentação para a população.

Não nos parece que isso causaria grandes danos, inclusive àqueles que defendem a iniciativa privada.

Estamos lidando com feijão com arroz, com banha, com azeite; produtos que na verdade não temos grandes comerciantes; e portanto, não afetaríamos tanto esta área.

Dizer que o Governo não tem capacidade também não é verdadeiro; o Governo, com seus armazéns, com sua rede bancária, Banco do Brasil, Banco do Estado, o Governo em colaboração com as cooperativas, poderia perfeitamente, monopolizar, estatizar, a comercialização dos produtos de primeira necessidade.

Dou o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. **Gabriel Manoel** — Deputado, nós estamos ouvindo com atenção. Em parte, Vossa Excelência há de convir com a maioria dos brasileiros, que Vossa Excelência tem razão.

Mas, Vossa Excelência procura fazer um paralelo entre a Argentina e o Brasil, onde a inflação galopante da Argentina supera a todos os países civilizados deste ocidente.

Então, não vemos razão para que Vossa Excelência cite a Argentina, onde a inflação está sugando o povo, aquele povo irmão que, conferindo a renda "per capita" do povo brasileiro, com a do argentino, Vossa Excelência, como inteligente, há de convir conosco que sua argumentação não está certa.

E querendo falar também sobre o brilhante discurso do ilustre Deputado Mário Celso, onde ele pondera a necessidade do zelo pelo menor abandonado, e onde nós, como cristão, como homens de pudor, também devemos ponderar e fazer um apelo ao Deputado Mário Celso, que cessem as mulheres semi-nuas dos programas de televisão, onde o ilustre Deputado faz parte de um júri, onde vemos mulheres a desmoralizar o cristianismo brasileiro, o cristianismo internacional; onde vemos mulheres despudoradas, semi-nuas, a dar espetáculos degradantes para este menor abandonado, este menor que quer...

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito que Vossa Excelência me devolva a palavra, e vou solicitar ao nobre Deputado, já que ele está inserindo no meu discurso um outro discurso, sobre um outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa informa ao nobre Deputado, e pede para Vossa Excelência concluir que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quero concluir, Sr. Presidente, na parte em que o nobre Deputado Gabriel me apartou, respondendo: primeiro, porque a renda "per capita" na Argentina todos o sabem... (**Soam os tímpanos**)

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Com a palavra o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — ...quanto à renda "per capita" da Argentina todos os nobres Deputados mais cultos do que eu, sabem qual é, e sabem qual é a brasileira.

Quanto ao fato da Argentina estar vivendo hoje uma inflação galopante, gostaria de dizer, que citei dados de anos em que a Argentina era governada democraticamente, e que depois do golpe dado pelos militares, com a retirada do Governo da Sra. Peron, é que tivemos esta inflação galopante.

Há similitude do que há no Brasil. Os Srs. concluem o resto. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso de seu horário. (**Pausa**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — No horário

reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago, para apreciação deste Plenário, uma sugestão de minuta de lei para o Poder Executivo.

Objetivo a fixação de professores normalistas no interior do Estado.

Tenho certeza que os Srs. Deputados, em sua maioria, sentem que o trabalho dos professores leigos, infelizmente, não atendem os reclamos sócio-econômico do homem do interior.

Como engenheiro do DER, Departamento de Edificações, senti por mais de duas dezenas de anos, presenciando aquelas mestras que, mesmo com a máxima boa vontade e dedicação, não tinham e não têm condições de transmitir maiores conhecimentos do que aqueles restritos à sua capacidade.

Há fatos, episódios que não poderemos esquecer, daquela época.

Eis porque, através desta sugestão, procuramos oferecer ao Governo do Estado, subsídios para fixação no interior, de professoras realmente habilitadas. (**Le**):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, minuta de projeto de lei, como sugestão, que institui a Divisão Geo-Educacional dos Municípios para interiorização do Professor com Curso Regular de Formação.

A sugestão aqui apresentada, que é uma contribuição humana do Governo do Estado, objetiva oferecer ao homem do interior, principalmente aos seus filhos, melhores condições de educação e cultura.

Com professores normalistas qualificados e com cabedal de amplos conhecimentos no ramo de educação, certamente será despertado o sentido da evolução nas suas atividades rurais.

Ao incentivar essa interiorização do professor qualificado, através de meios financeiros, amenizando sua relutância em permanecer na zona rural, o Governo estará contribuindo para evitar o deslocamento crescente do trabalhador do campo para as cidades, na expectativa da melhor formação econômico-social, não só na agricultura, como na pecuária, além dos benefícios trazidos à higiene, saúde, economia doméstica, segurança do trabalho, primeiros socorros e outros.

#### PROJETO DE LEI

SÚMULA: Institui a Divisão Geo-Educacional dos Municípios, para a interiorização do professor com curso regular de formação e dá outras providências.

#### CAPÍTULO I:...

Os territórios dos municípios do Estado do Paraná, para efeito de interiorização do professor com curso de formação regular, sua admissão, promoção e transferência, terão a seguinte divisão geo-educacional:

I - zona urbana;

II - zona suburbana e

III - zona rural de Ensino da Secretaria da Educação.

As Inspetorias de Ensino poderão solicitar a participação dos respectivos municípios, para a efetiva distribuição das zonas urbanas, suburbana e rural, de conformidade com o disposto nesta lei.

#### DA PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O município pode se integrar a esta lei, desde que seja atendido pelo Executivo.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ocorrendo a nomeação de professor regularmente forma-

do, para qualquer escola já regida por professor sem habilitação, este será mantido como auxiliar em ensino, assumindo, aquele, a regência da classe.

No interesse do professor, ou na conveniência do ensino, o professor leigo também poderá ser transferido, ou solicitar sua transferência."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é realmente coisa que estamos sentindo, fatos, na zona interiorana do Estado do Paraná, as professoras leigas que, a despeito da sua dedicação, não têm a capacidade de realmente transmitir aquilo que as crianças, que o homem do interior precisa.

"Os Governos têm procurado amenizar, por todos os meios, através de órgãos ligados principalmente à Secretaria da Agricultura e outros órgãos oficiais do Governo Federal, as deficiências do meio rural. Não têm encontrado o êxito previsto, face ao despreparo intelectual dos trabalhadores rurais.

Tal quadro é agravado, por outras circunstâncias como, por exemplo, as sucessivas divisões de patrimônios quase sempre herdados dos antepassados, dificultando a vida de seus familiares."

**O Sr. Airton Cordeiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)** — Deputado Cyro Martins, quando Vossa Excelência traz a esta Casa com a tranquilidade que o caracteriza, este assunto de tamanha importância, me permito cumprimentar Vossa Excelência, pelo interesse demonstrado à causa da educação, e, abordando particularmente o problema da educação, nas áreas rurais do Paraná, nós sabemos o que significa, para o rurícola, ter de se deslocar para a área urbana, quando isto é possível, para estudar,

Sabemos, também, os prejuízos que são causados ao habitante da área rural, pela impossibilidade de acesso a um sistema educacional melhor preparado; logo, trago a Vossa Excelência o meu integral apoio à tese que Vossa Excelência esposa da tribuna desta Casa, por entender que há necessidade de uma atenção maior aos que moram nas áreas rurais paranaenses, e que precisam, também, de um amparo educacional mais adequado.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência, pela preocupação demonstrada com este tipo de assunto.

**O SR. CYRO MARTINS** — Agradeço o aparte do nobre Deputado Airton Cordeiro.

Realmente, é uma preocupação de todos nós.

Mas, enquanto o Deputado Airton Cordeiro estava dando o aparte, reforçando as nossas idéias a este projeto que estamos apresentando, eu dava um sorriso aqui, porque me lembrei de um fato inédito que aconteceu no interior, há anos atrás. É evidente que não vou contar o município, nem o distrito, e nem a escola:

Tratava-se de um professor leigo, totalmente leigo.

Eu, como engenheiro do Estado, fui fazer uma visita à sua escola, para construir uma nova escola; primeiro, ao adentrar àquela unidade escolar, que não pode ser chamada disto, os móveis eram bancos; passamos a conversar com aquela pessoa, que mal pronunciava o português, e, pedimos ao professor, se, os alunos poderiam me dar a honra de cantarem o Hino Nacional; ele, com a máxima satisfação e a alegria daquela pessoa ingênua do interior, disse que iria atender ao meu pedido; voltou-se para os alunos, e disse:

Cantem o Hino Nacional.

Ninguém abriu a boca.

Então, vamos cantar o "virun-dun!"

Aí, começaram a cantar.

São fatos como este, que embora pitorescos, trazem-nos uma tristeza!

Primeiro, uma escola que, naquela época não tinha condições nem de atender as crianças, hoje, materialmente já o

tem, mas, no sentido do professorado, estamos sofrendo grandemente. Em todos aqueles municípios que sempre atendemos na região Centro-Sul, sentimos isto.

Eis porque temos a oportunidade de agora, na Assembléia propormos ao Governo do Estado este projeto de lei.

É uma sugestão e, quero crer, que sua Excelência o Sr. Governador e os responsáveis pelo ensino na Secretaria da Educação e Cultura saberão levar a sério este projeto de lei.

Mas, continuando a nossa justificativa:

"A fixação do homem rural no seu "habitat", é preocupação primordial dos governos, não só do interesse do próprio meio, mas também, no interesse do País, dependendo da produção agrícola para o abastecimento das grandes massas de população em geral.

Evitar a saída, o deslocamento crescente do trabalhador do campo para as cidades, onde uma vez desambientado contribui para a proliferação de favelas e legiões de pedintes, tendo representado, sempre, um dos maiores desafios à ação dos governadores, dos governantes, nos centros urbanos.

Urge fixar o lavrador à sua gleba, promovendo condições adequadas ao seu equilibrado desenvolvimento, através da melhoria do seu nível básico, principalmente em sua cultura. Mas, a política de fixação do homem no campo só será concretizada, quando o mesmo, através de trabalho que lhe compense os esforços, consiga elementos de subsistência suficientes para viver.

E, tal situação só poderá ser atingida, com a formação de uma nova mentalidade lá no interior, com a modificação, para melhor, de sua maneira de pensar e agir, mediante o gradual abandono dos métodos atrasados, e a utilização de processos de maior rendimento.

Sem embargo de outros órgãos destinados à assistência rural, somente a escola pode resolver esse aspecto do problema.

Sobre a regência de professora leiga, uma vez concluído o curso primário, geralmente três anos apenas, a criança praticamente é declarada emancipada, passando, de imediato, a lidar na lavoura, vivendo às expensas da divisão do trabalho exercido pelo pai; sem maiores perspectivas no local de origem, não raro acabando rumando para a cidade, onde passa a engrossar as grandes legiões de marginais."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, teria aqui mais algumas laudas para ler sobre o problema cruciante que trazemos hoje. Mas, para concluir. **(Lê):**

"E será também uma contribuição profundamente humana, salvar os filhos do nosso homem do campo, oferecer-lhes desde já, melhores condições de educação e de cultura, um grande passo no caminho da justiça social.

Encampa, assim, as primeiras e mais raras intenções, aquele que subscreve o presente."

Para tanto é que apresentamos, com a justificativa, ao exame e à aprovação dos eminentes Deputados, projeto de lei que institui a Divisão Geo-Educacional dos Municípios do Paraná, e esperamos contar com a elevada compreensão principalmente, do Poder Executivo, levando o incentivo financeiro.

E, para tanto, apresentamos, com a justificativa ao exame e aprovação dos eminentes Deputados, projeto de lei que institui a Divisão Geo-Educacional dos municípios do Paraná. Queremos contar com a elevada compreensão, principalmente do Poder Executivo, levando incentivo financeiro para as professoras normalistas, que querem trabalhar no interior, dando-lhes condições de desenvolver esse trabalho com melhores salários.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a presença no plenário, do Sr. Luiz Geriollo, Vereador da Cidade de Cascavel, bem como do Sr. Pedro Beçoen, Prefeito Municipal de Contenda, que se faz acompanhar do Sr. Agostinho Paisani, Presidente da ARENA de Rio Negro.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 63/79, que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e dá outras providências.— **Aprovado.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 43/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Engenheiro Beltrão, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 53/79, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Dona Leopoldina - APP -, com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 62/79, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, Motoniveladora de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— **Aprovado.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 12/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 75/78, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paulo Frontin, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 39/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá novas atribuições ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, além das constantes no Decreto Legislativo n.º 573, de 29.11.67. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 33/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre aproveitamento de Médicos, aprovados em concurso, para as vagas de Capitão da Polícia Militar do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado, artigo por artigo.**

**1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 42/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 38/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a intervenção de Órgãos que especifica, objetivando execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 43/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 20/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 44/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 41/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Diamante do Norte, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Resolução n.ºs 54/79, 55/79 e 56/79.— **Em votação.**

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Gostaria de saber quais são esses projetos, sobre que matérias versam os referidos projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa informa ao nobre Deputado que o Projeto de Resolução n.º 54/79, é o que aprova apreciação de contas da CABENFALE, referente verba de assistência social, no período de março a dezembro de 1979; o de n.º 55/79, idem, exercício de 1978; e o de n.º 56/79, aprova apreciação de contas do Departamento Financeiro deste Poder, no exercício de 1978.

**Em votação.**— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, com o apoio do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do INPS, do Paraná e demais autoridades, sugerindo-lhes sejam divulgados boletins, pelos quais se esclareça, aos contribuintes autônomos do INPS, sobre a nova sistemática adotada para o cálculo de contribuições.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, encarecendo a efetivação de empréstimos financeiros aos professores suplementaristas do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Dr. Cleverson Teixeira, quando da sua posse no cargo de Superintendente do INAMPS.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que sejam elevados à condição de Distritos Judiciários, os Distritos Administrativos de Braganey, Iguatú e Anahy, do Município de Corbélia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, em forma de sugestão, no sentido de que procedam estudos objetivando a criação de uma "ZONA FRANCA" em Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino

Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências no sentido de exigir fiscalização de pagamento do salário mínimo legal no interior do Estado, e especialmente em Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, visando a reconstrução da ponte sobre o Rio Laranjinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes ao Sr. Presidente da República e diversas autoridades, sugerindo estudos para criação de subsídios aos gêneros de primeira necessidade. — Em discussão.

O SR. VALDUGA — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. VALDUGA — Requeiro, com base no artigo 134, inciso 8.º, § 3.º, que dada a gravidade e também seriedade da matéria, seja encaminhado o requerimento à Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, minuta de projeto de lei, como sugestão, que institui a Divisão Geo-Educacional dos Municípios para a interiorização do professor no Curso Regular de Formação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que informe quais os estudos realizados para reclassificação do funcionalismo de nível universitário da área biológica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, consubstanciado em pedido de informações, a respeito de fatos ocorridos na Cidade de Paranavaí, envolvendo alunos da Unidade Curitiba. — Em discussão.

O SR. PINTO DIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pinto Dias.

O SR. PINTO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento de autoria do nobre Deputado José Tavares é uma solicitação de informações, do qual nós gostaríamos de esclarecer ao nobre Deputado e à Casa, do episódio ocorrido no último dia 21 no Colégio Curitiba, da Cidade de Paranavaí.

Realmente não houve distúrbio no estabelecimento, não se realizou no Grupo Escolar Curitiba daquela cidade nenhum movimento dos estudantes, dos alunos daquele estabelecimento.

O que houve foi um movimento orientado pela ex-Diretora. A Inspetora Regional de Ensino de Paranavaí proporcionou ao estabelecimento de ensino uma lista sêxtupla, dando aos professores, aos estabelecimentos, a condição que se encaminhasse à SEC nomes compostos de seis professores para a orientação de dirigir o estabelecimento.

Entretanto, a ex-Diretora do Grupo Escolar Curitiba, ao perceber que o seu nome havia sido preterido naquela lista sêxtupla, esta, então, se movimentou, orientando alguns

alunos, alunos estes que chegaram a aceitar a orientação da ex-Diretora, proporcionando eles um movimento de rebeldia e de protesto, principalmente com a atuação da inspetora que dirige a Inspeção de Ensino de Paranavaí.

Ao tomar conhecimento daquele movimento, algumas professoras comunicaram à Delegacia de Polícia da Cidade de Paranavaí, preocupadas com o movimento, de que se podia haver um trabalho mais intenso e mais grave dos alunos na residência da Inspetora Regional de Ensino, Luzia Bana.

A polícia, ao tomar conhecimento que na praça Rodrigo Ayres de Oliveira, na Cidade de Paranavaí, onde se aglutinaram aproximadamente, uma minoria, uns trinta a quarenta alunos daquele estabelecimento, estabelecimento este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tem, aproximadamente mil e trezentos alunos, a polícia, ao tomar conhecimento, quando chegou à Praça, os alunos que perceberam a viatura e o movimento da segurança, uma das alunas, ao descer correndo a escadaria da praça, tropeçou e teve uma fratura, aluna esta do estabelecimento Grupo Escolar Curitiba.

Gostaria de fazer este esclarecimento com a presença do Deputado José Tavares.

Entretanto, ontem, após a leitura deste requerimento, nós procuramos o Deputado José Tavares, e esclarecemos ao ilustre Deputado, o qual nós respeitamos e admiramos, e gostaria, para maior esclarecimento aos Srs. Deputados, de dizer que na composição desta lista sêxtupla não houve, nem de leve, interferência e nem participação política.

Isto é muito fácil de constatar, porque a escolha de Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação recaiu sobre a Professora Cleusa Veras.

Esta senhora, pelo seu "currículo", pelas condições, pelo seu trabalho, pelos títulos que ela tem, foi, então, a indicada diretora do estabelecimento Grupo Escolar Curitiba.

E para que isso possa sintetizar bem a nossa afirmação, gostaria de dizer aos Srs. Deputados, que esta professora é irmã de um suplente de Deputado do MDB, Sr. Moacyr Veras, que concorreu à última eleição pela Cidade de Paranavaí, e é esposa, também, de um membro do Diretório Municipal do MDB, da Cidade de Paranavaí.

Daí, escarecendo que não houve influência política na escolha e sim, pelo "currículo" que a professora tem, é o esclarecimento que gostaria de fazer aos Srs. Deputados: não foi envolvido o estabelecimento Grupo Escolar Curitiba, e sim...

O Sr. **Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte?

(**Assentimento**) — Não gostaria de interromper o esclarecimento que Vossa Excelência está prestando à Casa, mas nos merece toda a consideração, e a bancada do Governo nesta Casa tem, quase que invariavelmente, aprovado todos os pedidos de informação partidos da nobre bancada do MDB nesta Casa.

Todavia, pelo respeito que Vossa Excelência nos merece, pelo passado que Vossa Excelência tem dentro do Poder Legislativo, e mesmo na vida política do Estado, nós, lamentavelmente, sentimos aqui a ausência do autor do requerimento, para fazermos um apelo para a retirada do mesmo.

Neste instante, queremos fazer um apelo ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, para a retirada desse requerimento, porque não há nenhuma razão de ser, porque realmente acreditamos naquilo que Vossa Excelência diz e, ainda, acrescido de uma circunstância, de que a escolha feita pela SEC foi uma escolha impessoal, louvada apenas no mérito e nas qualidades profissionais da professora escolhida.

Não houve nenhuma intenção política nessa escolha, conforme explicações que Vossa Excelência deu.

Então, para que a bancada da ARENA não seja obrigada, compelida a rejeitar este requerimento, nós fazemos um apelo



ao nobre Líder do MDB, no sentido da sua retirada.

O SR. PINTO DIAS - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Erondy Silvério, e gostaria também de me dirigir à nobre bancada do MDB, bancada esta que nós respeitamos pelo valor e pela garra, pelo espírito democrático que atua nesta Assembléia.

Ontem, logo após a leitura deste expediente, nós procuramos o Deputado José Tavares, manifestamos a ele a nossa posição, e o quadro realmente existente com relação a este episódio.

De forma que este pedido de informação, a nosso ver, não tem assim quase que necessidade de ser votado, porque ele é endereçado a Sua Excelência o Dr. Edson Machado, Secretário da Educação.

Não houve ocorrência que justificasse isto no estabelecimento de ensino, e, sim, numa praça pública da Cidade de Paranaíba, Praça Rodrigo Ayres. O que houve foi uma atuação da polícia que não chegou nem a deter ninguém, e nem conduzir ninguém.

Dáí o apelo que o Deputado Erondy Silvério fez, e que nós gostaríamos de reforçar, para que a bancada votasse contrariamente a esse requerimento, porque ele não tem assim a sua finalidade.

Quero agradecer a atenção dos nobres Deputados e estas eram as considerações e os esclarecimentos que gostaríamos de fazer com relação ao requerimento ora em discussão.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o requerimento.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para discutir.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Preliminarmente, esta liderança não vê possibilidade nenhuma de retirada do requerimento, porque o autor do mesmo não está em plenário; em segundo lugar, quer me parecer que o requerimento não objetiva nada do que foi explicado em plenário.

Como todos sabem, o Deputado José Tavares é Presidente da Comissão de Segurança da Casa, antiga Comissão de Polícia, e o objetivo que se busca é saber das providências que foram tomadas com relação a apurar o fato da Polícia reprimir estudantes, e não se buscam as causas e os porquês da ocorrência desse fato, mas, sim, do fato, como diz a imprensa, saírem dois estudantes com fraturas, o que evidentemente esta Casa não pode ignorar.

Então, Sr. Presidente, vejo-me na contingência, em que pese aceitar as explicações dadas pelo eminente Deputado Pinto Dias, mas não vejo como esta Liderança possa retirar o requerimento, que é regimentalmente de autoria de um dos Srs. Deputados que não está presente, e que tem sua ausência justificada, porquanto este Deputado ficou até a madrugada de hoje nesta Casa, e está presente hoje em Sertãozinho, município em que foi o mais votado, e se festeja lá o aniversário da cidade, e lá comparece dentro das suas funções pertinentes em ser o representante daquela cidade, razão porque não está hoje aqui presente, e de maneira, Sr. Presidente, não vejo como possa retirar este requerimento, porquanto só é competente para fazê-lo o Deputado José Tavares.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Para encaminhar. O requerimento em discussão destina-se a, segundo explicações do Líder do MDB, obter informações da área da Secretaria da Segurança, com relação a possíveis acontecimentos policiais, envolvendo alunos de um estabelecimento de ensino em Paranaíba. Portanto, deveria ser dirigido ao Secretário da Segurança Pública, que é o responsável pela segurança neste

Estado e não ao Secretário da Educação.

Se se buscar as causas do acontecimento, haverá de ser dada razão ao eminente Deputado Pinto Dias que, judiciosamente, prestou os esclarecimentos que esta Casa provavelmente desejava ouvir. Portanto, por discordar do destinatário do requerimento, e dos termos vazados, voto de acordo com as explicações do Deputado Pinto Dias.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente.

Pedi para encaminhar à votação, mas depois do encaminhamento feito pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, já justificou, conforme pronunciamento do eminente Líder do MDB, que não é saber o porque, mas as causas. E por este motivo, vemos prejudicado o requerimento e votaremos de acordo com o esclarecimento prestado pelo eminente Deputado Pinto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) — (Assentimento).

Encaminhariamos um adendo à Mesa que se trocasse então, isto é pertinente, para uma emenda, de que o ofício fosse endereçado ao Secretário da Segurança e não ao de Educação, a fim de que, nesta Casa, o requerimento possa obter então, como argumento de companheiros da ARENA, a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o requerimento deveria ser subscrito à Mesa.

O SR. NILSO SQUAREZI — Já providenciarei, Sr. Presidente.

(É encaminhado à Mesa o seguinte requerimento) (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, propor emenda ao requerimento do Deputado José Tavares, no sentido do mesmo ser endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança e não ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (pela ordem) (Assentimento).

Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência prosseguisse com a votação do requerimento, independente do adendo, que terá outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado José Tavares, ressalvada a emenda proposta pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi. Rejeitado o requerimento.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem)—(Assentimento).

Solicito a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido o requerimento.

Esta Presidência vai proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa).

11 Srs. Deputados o aprovam;

19 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado o requerimento. Conseqüentemente prejudicada a emenda subscrita pelo nobre Deputado Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviada ao Sr. Governador do Estado, moção de aplauso pela prioridade que manifesta visando a preservação e recuperação do meio ambiente.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir. (Assentimento).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente esta Casa teve a feliz oportunidade de ouvir um dos mais sérios pronunciamentos sobre a ecologia, feito pelo Deputado situacionista Lázaro Dumont.

Duas colocações nós poderíamos extrair deste pronunciamento. A primeira, de autoria do Deputado que então usava a tribuna.

A cada dia que passa parece aumentar o interesse em torno do tema "ecologia e preservação do meio ambiente".

Hoje, este tema já não está mais nem sendo usado, está sendo explorado como motivo para se fazer cinema, teatro, novelas, músicas, romances, poesias, de tal forma que um risco muito sério está a ameaçar o movimento ecológico, qual seja a sua transformação num modismo que não leva a nada.

Em seguida, o ilustre Deputado cita Paulo de Tarso Alvim, numa conceituada publicação sobre "Equilíbrio entre a utilização e conservação". Diz Paulo de Tarso Alvim: "A conservação dos recursos do ambiente é importante não somente porque amamos a natureza, ou desejamos proteger plantas e animais que se encontram em perigo de desaparecimento.

Essas são, em geral, as justificativas mais apregoadas pelos naturalistas.

Existe, no entanto, uma justificativa mais importante; necessitamos proteger a nós mesmos, salvar nossa própria pele."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sentimos através das publicações dos jornais, que esse elenco de medidas do Governo do Estado, até apelidado, porque virou moda no País, de "mais um pacote ecológico"; de que há efetivamente boa intenção nesses pedidos, nessas colocações, nesses anteprojeto, nas resoluções, enfim, em todo esse elenco de medidas. Mas, nós aproveitamos esta oportunidade, Sr. Presidente, no momento, em que nós pretendemos encaminhar também um projeto de resolução a esta Casa. Para que a Assembléia Legislativa do Paraná, institua anualmente um concurso de monografias, sobre o "Meio Ambiente", procedendo a cada dia 5 de junho, que é o "Dia Internacional do Meio Ambiente", a entrega solene dos prêmios aos vencedores da promoção".

Entendemos que seria uma parcela apenas de contribuição deste Poder, para que todos os paranaense e brasileiros, para que nós Deputados, convivêssemos com o grande processo de conscientização do problema ecológico. Porque é, efetivamente em se tratando dessa grave matéria, um aspecto mais importante, isto é, conscientizar nossa gente, nosso povo, nossos filhos, sobre a delicada situação do meio ambiente.

É uma preocupação geral que hoje existe, mas nós devemos Sr. Presidente, tentar escapular a este modismo que hoje existe. Porque a conscientização tem que ser profunda, como já ocorre em outras regiões do Planeta; porque nós não podemos admitir, porque inclusive no Brasil, se sinta o próprio Governo, participando do desequilíbrio ecológico; tem medidas que não são analisadas estes aspectos, exemplo típico de Itaipu, exemplo típico que ocorrerá em Guaíra; exemplo típico da própria promoção de uma mecanização agrícola abrupta, sem a conscientização do próprio meio rural; um exemplo maior, como tantos outros que poderíamos situar aqui, da própria Amazônia legal, transformada agora em contratos de riscos. Cabem sim, à soberania nacional e ao povo brasileiro.

Poderíamos citar o exemplo típico da Angra dos Reis, porque foi exatamente graças à conscientização ecológica da Europa e Estados Unidos, graças à elevada conscientização dos problemas ambientais da própria Alemanha, que os movimentos ecológicos não permitiram a continuidade de projetos nucleares naquele País. E temos aí e agora, a altos

custos, com bilhões de dólares, implantando em nosso País, porque, lá na Alemanha, o povo consciente, o povo preparado, sentindo a necessidade de preservar o meio ambiente, tomou a posição definitiva, foi às ruas, foi aos parlamentos, foi, enfim, a todos os setores da sociedade, fazendo as pressões necessárias e proibindo que se continuasse a instalação de energia nuclear, naquele País, que veio exportar para nós, a altos custos, um projeto nuclear duvidoso e que sérios riscos, por certo, causará a nosso País.

Ainda mais, Sr. Presidente, o que me preocupa, no momento em que dou meu voto favorável a esse encaminhamento de apoio, de incentivo, às medidas do Governo, é que elas são ainda acanhadas. Porque, o problema ambiental tem que ser enfrentado com rigorismo, com decisão, com profundidade, com muita coragem até, porque implica não só no problema de plantar-se árvores, de criar-se viveiros de mudas nativas etc. etc., também valem essas medidas, mas precisamos de medidas definitivas para enfrentar o problema da desertificação, o problema da poluição sonora, o problema da poluição do ar, a degradação violenta do ambiente urbano que encontramos em todas as cidades de porte médio e de grande porte, no País.

Haveremos, então, de tomar maiores posições, e posições conscientes e definitivas sobre a morte biológica dos rios, os males do subdesenvolvimento que estão catalogados dentro dos males do meio ambiente, dos problemas ecológicos.

Enfim, a violência social que se pratica neste País, todo um conjunto de gravíssimas consequências já estão ocorrendo, hoje, neste País.

E por essa razão, Sr. Presidente, sentimos a extrema necessidade que o Governo do Estado do Paraná não fique somente nessas medidas que chamo de acanhadas, porque, não entram no âmago de muitas questões. Que enfrentam, inclusive, o próprio modelo econômico e político existente no País.

Porque, para se enfrentar um problema ecológico, temos que analisar a qualidade de vida que se quer dar ao povo.

E qualidade de vida está devidamente dependendo do conjunto de fatores econômicos e políticos de uma Nação.

Portanto, Sr. Presidente, haveremos de voltar a este assunto. Mas, haveremos de analisar com a extrema preocupação que deve atingir a todos, para que não se caia nesse modismo ecológico que está aí enfrentando a novela, a música, a propaganda e tantas outras coisas, sem ir à profundidade da causa, a profundidade que é o fator gerador, é o próprio modelo econômico e político que não está aí para aprimorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão.

Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, visando a ampliação da rede elétrica até a localidade de Rio Verde, Município de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos na Delegacia de Pinhão, onde faleceu o Sr. Wilson Munhoz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, quando o nobre Deputado Trajano Bastos trazia ao conhecimento desta Casa irregularidades cometidas pela polícia no Município de Pinhão, tivemos oportunidade

de de apartá-lo. E hipotecando solidariedade ao seu pronunciamento, ao seu pedido de informações, dissemos que votaríamos favorável àquele pedido.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos reafirmar ao nobre Deputado que representa Guarapuava e aquela região nesta Casa, que nós votaremos favorável ao seu requerimento, mas queríamos, a título de colaboração, informar ao nobre Deputado, que temos em mãos, algumas informações que conseguimos junto à Secretaria da Segurança Pública do Nosso Estado. Fatos ocorridos no Município de Pinhão, na madrugada do dia 26 para 27 do mês próximo passado, Luiz Munhoz cometeu várias desordens na cidade:

- 1.<sup>o</sup>) - Bateu o carro de sua propriedade duas vezes.
- 2.<sup>o</sup>) - Efetuou disparo de arma de fogo na residência de um amigo em ocasião que fora convidado para jantar com este próprio amigo.
- 3.<sup>o</sup>) - Embriagou-se no baixo meretrício e depredou diversas casas neste mesmo local, cometendo desordens.

Foi solicitada a intervenção da polícia, tendo comparecido ao local, os soldados da Polícia Militar do Estado, Cassimiro Ranick e Wilson Prestes de Oliveira.

No momento da prisão, Luiz Munhoz sacou de uma faca, com a qual feriu o soldado Cassimiro.

O soldado sacou de sua arma, atirando, ferindo a cabeça, o qual veio a falecer no local.

Foi instaurado o competente inquérito policial pela Delegacia de Polícia de Pinhão.

Estes eram os esclarecimentos que nós queríamos prestar, como homenagem ao Deputado que tão bem representa aquela região nesta Casa.

Queremos nesta oportunidade, Sr. Presidente, solicitar do Líder da nossa bancada, que deixe questão aberta, para que os Deputados possam votar favoravelmente a este requerimento, como representante daquele município junto ao Governo do Estado.

Nós fazemos questão absoluta que os fatos sejam esclarecidos e que os responsáveis sejam punidos.

Acabo, Sr. Presidente, de receber informação do Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, que a nossa bancada está livre para votar favoravelmente a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Em votação.

**Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 7, quinta-feira, às 15,00 horas, uma Sessão Solene destinada a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Major Fernando Flores.

Marcando ainda uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 03, 16, 23, 25, 32 e 38/79.

A Mesa lembra aos Senhores Deputados que amanhã, às 10,30 horas a CPI DO MENOR, estará ouvindo o Diretor do IAM, Dr. Newton Grein, na Sala das Comissões.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GILBERTO CARVALHO, EM SESSÃO DO DIA 6 DE JUNHO DE 1.979.**

#### "DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DR. CLEVERSON TEIXEIRA, QUANDO DA SUA POSSE NO CARGO DE SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ.

— Excelentíssimo Senhor Doutor Harri Valdir Graeff, Digníssimo Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que nos honra com a sua presença e que representa nesta solenidade o

Excelentíssimo Senhor Deputado Jair de Oliveira Soares, Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social e o Excelentíssimo Senhor Doutor Waldir Mendes Arcoverde, Digníssimo Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social.

— Excelentíssima Senhora Lídia Cunha Cescatto, mui digna Superintendente, em exercício, do Instituto Nacional de Previdência Social, no Paraná, a quem desde logo agradeço as atenções que me foram dispensadas.

— Excelentíssimas autoridades que compõem a Mesa e as demais aqui presentes.

— Minhas Senhoras e meus Senhores.

Confesso que no instante em que iniciei a escrever este discurso, como um prelúdio do que seria esta solenidade, invadiu-me grande emoção.

Vi diante de mim a nítida imagem deste momento e a certeza de que não poderia improvisar minhas palavras.

Certamente iria emudecer diante da relevância que este ato tem para a minha vida e diante da grandeza das pessoas que aqui encontraria.

Pouco tempo atrás me defrontava em uma encruzilhada. Fazer ressurgir o advogado ou continuar atendendo aos apelos da minha vocação para a vida pública. Confesso que por algum tempo deixei a nave de minha existência seguir única e exclusivamente aos acontecimentos do acaso.

Animava-me porém, a certeza de que poderia ainda contar com pessoas, muitas das quais estão aqui presentes. Tinha a certeza do meu e do nosso reencontro.

Tinha convicção de que haveria de me encontrar com velhos companheiros de bancos escolares, aos quais devo a noção do que seja a verdadeira amizade, fraterna e desinteressada, e que sempre renova em nossa alma os sentimentos mais puros e os momentos mais gratos da nossa infância e juventude.

Encontrar-me-ia com companheiros das diferentes atividades que exerci e com aqueles que, da capital ou do interior, homens e mulheres, jovens e menos jovens, por duas vezes acreditaram em nossas mensagens de fé e esperança, nos destinos do nosso País e de nossa gente. Companheiros que hoje aqui estão para nos prestigiar, mais uma vez, com o seu inestimável apoio. Saibam que suas presenças não só me enchem de emoção, mas trazem consigo a certeza de que devemos prosseguir juntos, participando da causa comum.

Encontrar-me-ia também com os políticos do nosso Paraná., Esses homens que carregam em si o ideal de servir e fazem de suas vidas instrumentos da causa pública. Cada um com sua ótica objetiva sempre a construção de um mundo melhor e procura ordenar a vida comunitária, buscando na fonte do próprio povo os seus anseios, emprestando a nossa

gente sua inteligência, sua dedicação e seus bons propósitos.

Permitam-me neste momento um agradecimento especial, aos Deputados Federais, ao Senador e ao Presidente do meu partido, que por unanimidade sufragaram meu nome para ocupar o cargo que ora assumo. Sei que saio do seu meio para o exercício deste encargo. Sei que o meu desempenho será sempre medido como de um político no exercício de uma função administrativa, sei que dentro da parcela que me cabe, devo provar que a vivência política, ao contrário de prejudicar a atuação executiva, trás a ela a dose necessária da visão global do homem público.

Sei que devo corresponder a confiança em mim depositada pelos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República João Batista Figueiredo; Ministro da Previdência e Assistência Social, Deputado Jair Soares, e Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, Doutor Waldir Mendes Arcoverde; também a confiança do nosso Governador do Estado, companheiro Ney Braga, que em todos os momentos emprestou o seu apoio e solidariedade na indicação do meu nome.

Este é o meu primeiro grande encontro com a Previdência Social, tão importante à vida de todos. Apesar de não ter pertencido, até então, aos Quadros Previdenciários, jamais deixei de acompanhar a sua evolução no Brasil, em consequência da profissão de advogado, e, também em função do mandato exercido na qualidade de Deputado Federal.

Sabemos que ela surgiu da necessidade de prever e prover o futuro. Sabemos que a possibilidade de um infortúnio, embora não desejado, pode ocorrer em nossas existências. Sabemos que a Nação deve estar preparada para atender a todos, em sua velhice e desamparo.

Ao INPS, reorganizado através da criação do SIMPAS, cabe a concessão e manutenção dos benefícios em dinheiro e a prestação de assistência complementar.

A fim de que os Senhores tenham uma idéia da importância deste órgão em nosso contexto social, cito apenas um dado estatístico, relacionado com as diversas áreas desta autarquia.

Existem em manutenção, no Paraná, cerca de 325.000 (trezentos e vinte e cinco mil) benefícios, num dispêndio mensal aproximado de Cr\$..... 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de cruzeiros).

A Previdência social, nos dias de hoje, é uma das maiores reivindicações de todos os segmentos da sociedade, o seu âmbito de abrangência fez com que todos, dos mais humildes ao colocado em posição mais privilegiada, a procurem e dela necessitem.

Esse extenso campo de atuação, como não poderia deixar de ser, apresenta falhas. Enterrar a cabeça na areia como o fazem as avestruzes, não é solução inteligente, pois os problemas somente podem ser superados se conhecidos e analisados.

E é exatamente isso o que me proponho a fazer: Conhecer as dificuldades para superá-las, medir os problemas para equacioná-los, conhecer os dramas para corrigi-los.

É uma meta ambiciosa, sem sombra de dúvidas. Mas sempre acreditei que se deve pensar grandiosamente. Pois as naturais deficiências da pessoa humana sempre fazem com que os objetivos propostos sejam ao término da caminhada, não integralmente atingidos.

Conto, nesta minha empreitada - e folgo bastante com isto - com o decidido apoio de um corpo funcional de reconhecido gabarito e competência. Unindo-se a ele e equiparando-o convenientemente, terei a satisfação de dinamizar o que for preciso, corrigir o que se impõe e, sobretudo, melhorar o que for possível. Espero contar com a decidida colaboração de todos.

Juntos não mediremos esforços para atender ao segurado. É que a nossa atividade, toda ela, estará concentrada no homem, sabidamente a meta maior. Queremos ter bem presente que iremos lidar com seres humanos e não com números de inscrição ou artigos, parágrafos e itens de lei ou de regulamento.

Tem sido lugar comum dizer-se, em solenidades como esta, que o empossado o faz com grande alegria. É um lugar comum, porém pleno de realidade. Mas, o que poucos têm dito, é que se trata, outrossim, de um penoso encargo, de uma tarefa árdua, de um desafio a ser vencido.

Porém posso lhes dizer que estou alegre e confiante. Conheço as potencialidades do INPS e o muito que pode ser feito em benefício do segurado. Fiquem os Senhores certos de que procuraremos resolver, com o bom senso, as atividades do dia a dia.

Terei a guiar-me, nessa empreitada, a orientação segura do Ministro Jair Soares e do Presidente Waldir Arcoverde, reconhecidamente empenhados em dotar o segurado da Previdência Social de melhor atendimento.

Meus Senhores e minhas Senhoras. Estou satisfeito com a presença de todos e agradeço o incentivo que me vieram trazer. Estejam certos de que, após os cumprimentos, iremos trabalhar arduamente.

Aos meus pais, à minha esposa e aos meus filhos agradeço a compreensão e o estímulo. A eles dedico tudo o que fui, tudo o que sou, tudo o que pretendo ser.

Que Deus me ajude nessa caminhada!  
Curitiba, 18 de maio de 1979."